

# O PEDAGOGO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE – CIAD/NATAL

## **BÁRBARA CAMPOS GINES LORENA DE SOUZA**

Mestrando em Educação Especial (UFRN), ginescbarbara@hotmail.com

## **JÂNIO ALEXANDRE DE ARAÚJO**

Graduado em Pedagogia (Uninassau) e Servidor da FUNDASE-RN; janioaraujori@gmail.com

## **MARIA JANINE ALEXANDRE DE ARAÚJO**

Professora Orientadora: Pedagogia e recursos Humanos (Unifaveni).: janinearaujo\_rn@hotmail.com

## **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo apresentar resultados de uma pesquisa desenvolvida com os pedagogos no Sistema Socioeducativo da Internação Provisória. A pesquisa tem como base a metodologia qualitativo-descritiva, e investigou ações desses educadores numa instituição socioeducativa e descrever suas atividades, observando seu papel nesse contexto social. Para tanto, realiza análise de documentos do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIAD), entrevistas com pedagogos e observação do local de trabalho suas atividades. Além disso, analisa as políticas educacionais aplicadas, buscando dar visibilidade às ações desses profissionais, discutindo essas políticas como forma promover a inclusão social e a ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida de internação provisória. Os resultados apontam que o trabalho desse profissional da Educação é de suma importância, tornando-se fundamental para o processo de ressocialização dos internos, considerando que é por meio da educação que se constroem oportunidades de mudança e reintegração social.

**Palavras-chave:** Socioeducativo, Pedagogo, Adolescente.

## INTRODUÇÃO

A Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC é órgão de Secretaria Estadual do RN vinculado à Secretaria Estadual do Trabalho, Habitação e da Assistência Social – SETHAS. Sua função consiste em ser responsável pela coordenação e execução da política de atendimento a adolescentes em conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, conforme assegura a Lei nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº. 12.594/12, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

O Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente – CIAD (Natal), da qual a pesquisadora faz parte, é uma unidade de internação provisória, vinculada à FUNDAC. A sua missão institucional é garantir o cumprimento da política de atendimento especial ao (à) adolescente em conflito com a lei, de forma planejada de acordo com Projeto Político-Pedagógico (PPP) articulado, promovendo o seu desenvolvimento pessoal, moral e social, a partir da valorização de suas potencialidades e habilidades.

O adolescente encaminhado à Unidade CIAD Natal para cumprimento de Internação Provisória é recepcionado pela Direção da Unidade. De início, é feita a verificação da documentação referente à apreensão, em seguida, deve-se proceder com o seu registro de entrada. Na sequência, o adolescente deverá ser encaminhado à Equipe Técnica para a entrevista inicial e orientação quanto às normas de convivência, rotina da Unidade e entrega de material de uso pessoal. É de responsabilidade da Direção/ou da Equipe Técnica da Unidade informar à família do adolescente sobre a Internação Provisória. Não havendo condições de contato com a família, o Conselho Tutelar deverá ser acionado. O atendimento de acolhimento conta com uma equipe multidisciplinar, que são: um (01) professor de educação física, um (01) professora de arte e cultura, e quatro (04) pedagogos.

Diante das ações executadas na unidade, surgiu a inquietação e o interesse em estudar e conhecer as ações dos pedagogos na escolarização desses jovens. Nesse sentido, o nosso estudo tem como objetivo apresentar as ações executadas pelo pedagogo no sistema socioeducativo da internação provisória.

A percepção dos espaços também auxiliou a pesquisa no tocante a sua organização espacial e funcional, a edificação, os materiais e os equipamentos utilizados na Unidade de atendimento Socioeducativo. Esse espaço contém: 2 salas de aulas; uma quadra de esporte; 1 refeitório; 1 salão para

eventos; e 3 alas, cada uma com 4 alojamentos. Esses são estabelecimentos de custódia onde os adolescentes ficam internados por, no máximo, 45 dias, enquanto aguardam decisão judicial, ou até o adolescente ser entregue à família ou ser transferido para cumprir a medida estipulada pelo juiz.

Os serviços oferecerem atendimento socioeducativo aos adolescentes encaminhados à Internação Provisória (por, no máximo, 45 dias) pela Justiça da Infância e Juventude. A dinâmica desse atendimento consiste em: atendimento das necessidades básicas: habitabilidade, alimentação, vestuário, material de higiene pessoal; atendimento psicossocial, pedagógico e jurídico; atividades de cultura, esporte e lazer; encaminhamentos médicos/odontológicos; oficinas sociopedagógicas; oficinas de arte educação; oficinas de educação para a saúde.

Numa visão de “acreditar que se pode fazer sucesso onde as circunstâncias mostram o impossível”, foi o que nos fez ter a iniciativa de desenvolver esta pesquisa, pautada em analisar as ações executadas pelos pedagogos no sistema socioeducativo da internação provisória, prevalecendo o olhar de uma política pedagógica. Buscamos, com isso, transformar o contexto ético, moral, social e político desses indivíduos visando contribuir na construção, na formação e no desenvolvimento de uma identidade verdadeira e coerente com a realidade deles, possibilitando a (re)integração por meio de medidas sociais e educacionais de educação.

A contribuição do pedagogo está relacionada a oportunizar aos adolescentes novas experiências, a fim de que eles possam fortalecer o elo familiar e comunitário, descobrir novas potencialidades, bem como adquirir autoconhecimento e autoestima. Nesse processo, a educação assume a função real e necessária pela qual se busca desenvolver ou facilitar o desenvolvimento da vida em sociedade, do(a) adolescente, e o(a) introduzir no mundo social e cultural, apelando para sua própria atividade. A relevância deste trabalho se justifica pelas possíveis contribuições que possa oferecer às pesquisas voltadas para a intervenção de práticas pedagógicas socioeducativas desenvolvidas em contextos de ressocialização de adolescentes em conflitos com a lei, além de contribuições à formação de educadores sociais que atuam nesse contexto.

## **METODOLOGIA**

O estudo se configurou como uma pesquisa descritiva, que tem como metodologia a pesquisa qualitativo-descritiva. Nesse sentido, visa realizar

uma análise das ações de pedagogos no sistema socioeducativo e descrever suas atividades como forma de apresentar seu papel nesse contexto e no âmbito social. Nesse sentido, buscou-se criar um espaço/tempo no qual as experiências foram compartilhadas, e as informações caracterizaram como colaboradores e construtores de conhecimentos e práticas que serviu para intervir na pesquisa.

Durante a pesquisa, vale ressaltar que não estávamos apenas observando como meros espectadores, mas sim como participantes ativos no processo de troca de saberes e experiências e (re)construção de conhecimentos. Nesse sentido, buscamos dar visibilidade às atividades desses profissionais e como estas promovem a inclusão social e a ressocialização dos adolescentes que cumprem medida de internação provisória.

Na geração dos dados, utilizou-se como instrumentos de pesquisa com os pedagogos a entrevista a partir da aplicação de um questionário previamente estabelecido. Os instrumentos foram aplicados em entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020, quando iniciamos o trabalho na unidade. A pesquisa também se desenvolveu a partir da observação cotidiana e da reflexão diante das atividades desenvolvidas na unidade pelos pedagogos.

Na instituição pesquisada, quatro pedagogos trabalham na unidade e, em média, eles têm entre 24 a 27 anos de serviços prestados no sistema socioeducativo, com experiências de conhecimento multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Este estudo foi desenvolvido com base no diálogo sobre as ações do pedagogo em seu campo de atuação, por meio de entrevistas e com a contribuição de elementos teóricos de pesquisadores citados, orientou-nos no sentido de refletir, compreender e visualizar as possibilidades de ações transformadoras do pedagogo no sistema socioeducativo.

Ressaltamos que a construção deste trabalho teve como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (BRASIL, 2006), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e Projeto Político-Pedagógico do CIAD Natal, 2016, que pode ser concebido como um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que regulamenta a política de atendimento a adolescentes que se envolvem desde o processo de apuração de ato infracional até a execução da medida socioeducativa. O foco da pesquisa visou apresentar as práticas e a atuação do pedagogo no CIAD Natal, a partir das experiências da pesquisadora nas instituições e do estudo realizado.

Este trabalho foi elaborado como extensão de um projeto de pesquisa mais amplo sobre as ações pedagógicas do pedagogo, dentro de um sistema socioeducativo de internação provisória, o CIAD Natal. Verificando as possibilidades das práticas educativas no setor pedagógico, no que tange às condições efetivas de seu desenvolvimento, moral, ético e social, é oferecida ao adolescente a oportunidade de escolarização, trabalho, cultura, lazer, saúde e, por conseguinte, dignidade, visando à integração e à ressocialização perante a sociedade e a família.

A convivência dentro da Unidade de internação, junto com os demais pedagogos, facilitou entender e compreender como funciona o sistema socioeducativo de internação provisória. Essas informações foram colhidas a partir dos encontros realizados durante tempo de vivências na Unidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao formular as bases da educação libertadora – educação como prática da liberdade –, fundamentada na teoria da ação dialógica que substituiu o autoritarismo presente na escola tradicional, Paulo Freire (2001) contribuiu para construir os princípios da educação comprometida com a humanização do ser humano e sua libertação. No trabalho pedagógico desenvolvido no CIAD, essa concepção se materializa em atitudes, escolhas e relações empreendidas na prática pedagógica docente na Unidade, em que os adolescentes são vistos como sujeitos capazes de produzir conhecimento, à medida que são estimulados pelo exercício crítico e dialógico de refletir e estabelecer relações com os objetos de seu contexto social e político, compreendendo que é possível intervir e transformar a realidade.

O pensamento de Paulo Freire, além de continuar sendo extremamente atual, estar sempre em movimento e dialogar com diferentes questões contemporâneas, traz elementos norteadores para a construção de teoria curricular emancipatória e eticamente comprometida com a humanização dos sujeitos. Quanto às ações sociopedagógicas desenvolvidas na unidade contribuem para a reflexão curricular crítica e ampla, na medida em que esta é percebida como um dos instrumentos de veiculação da ideologia de uma sociedade que se materializa nas ações dos envolvidos no processo educativo. Assim, compreende-se a prática curricular como totalidade socio-cultural complexa a envolver as interações do espaço.

Nesse cenário, interesses e lutas invadem e transitam na Unidade, concretizando-se nas práticas pedagógicas do



pedagogo. Ademais, os fundamentos educacionais de Paulo Freire consistem em uma construção teórica do seu pensar crítico-dialético da realidade cujos elementos podem contribuir na elaboração de propostas e na sugestão de práticas curriculares voltadas para a formação humana no processo de escolarização com base no trabalho pedagógico docente. Entendemos a prática pedagógica como processo de formação humana institucional, coletivo e relacional, tornando-se fundamental na vida desses adolescentes. Nesse sentido, tal prática envolve ações de gestor, professores e todos que estão envolvidos naquele espaço. A prática pedagógica docente, por sua vez, é um dos núcleos do processo de ensino e aprendizagem, o que não restringe a importância de tal prática e do seu significado; ao contrário, aproxima-a do entendimento de que a ação docente é relacional, formativa, intencional e sistematizada. Essa atitude expressa, de acordo com Paulo Freire (2003), um querer bem aos educandos e a consciência de que o trabalho do profissional da educação ocorre na relação com a pessoa humana.

Porém, para que essa consciência crítica e/ou inserção crítica possa acontecer, é necessário que os sujeitos acreditem no inédito, no viável, que tenham esperança. Freire explica isso em *Pedagogia da Esperança* (2006, p. 91) quando afirma:

Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também um motor da história. Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança.

Com isso, o autor elabora uma forma de educação interdisciplinar, com o grande objetivo da libertação dos oprimidos, ou seja, a humanização do mundo por meio da ação cultural libertadora, evitando a lógica mecanicista que considera a consciência como criadora da realidade, e o mecanismo objetivista, que considera a consciência como cópia da realidade. Paraphrasing Freire (1996), o autor propunha uma educação “molhada” de afetividade, mas não deixando que a efetividade interferisse no cumprimento ético e no dever de professor e na sua autoridade. Desse modo, surge uma relação pedagógica cultural que não se trata apenas de conceber a educação como transmissão de conteúdos curriculares por parte do educador, mas mostra a necessidade da participação do educando, levando em conta a sua autonomia e estabelecendo uma prática dialógica. Nesse processo de transformação, Freire ressalta a importância da dimensão cultural, pois a

educação é mais do que uma instrução, para ser transformadora deve enraizar-se na cultura dos povos.

A partir da Pedagogia do *Oprimido* (1987) e da *Ação Cultural para a Liberdade* (1981), Freire destaca que não é suficiente desvelar a realidade para que haja conscientização ou consciência crítica, mas que é necessário transformar essa realidade pela ação prática sobre ela. Esse processo exige criticização, ou seja, ação e reflexão, profundidade na análise dos problemas. Nas palavras de Freire (2001, p. 30): “a consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais”. Por essa razão, a consciência crítica face ao novo não repele o velho por ser velho, nem aceita o novo por ser novo, mas os aceita na medida em que são válidos.

Feita essa observação, voltemos à reflexão freiriana da consciência. Sendo o jogo dialético das relações homem-mundo o ponto de partida da reflexão freiriana acerca da consciência, somente pode ser nessa ação dialética que ocorre a tomada de consciência do mundo pelo homem. É nas ações, nas respostas dadas aos desafios da vida, na práxis, que o homem toma consciência de si, dos outros e do mundo. “A tomada de consciência, específica do homem, é conseqüência de sua confrontação com o mundo como algo objetivo, resultado da unidade dialética da subjetividade humana e da objetividade do mundo” (FREIRE, 2001, p. 30). Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro. Assim, a consciência permite ao homem não só separar-se do mundo, objetivá-lo, mas também separar-se de sua própria atividade, de ultrapassar as situações-limite.

Essa inserção crítica, como assim ele atribuiu a essa ação, ocorre quando da tomada de consciência pelo indivíduo oprimido de sua realidade e da tomada de consciência da existência da relação opressor-oprimido, de seus mecanismos e efeitos. A esse respeito, na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) explica como a forma problematizadora Educação se torna uma prática libertadora, pois o educador problematizador refaz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscividade dos educandos. Sob esse viés, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, os discentes são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico também “Na medida em que o educador apresenta aos educandos, como objeto de sua ‘ad-miração’, o conteúdo, qualquer que ele seja, do estudo a ser feito, ‘re-admira’ a ‘ad-miração’ que antes fez, na ‘ad-miração’ que fazem

os educandos”; e acrescenta: “[...] o papel do educador problematizador é proporcionar, com os educandos, as condições em que se dê a superação do conhecimento no nível da doxa pelo verdadeiro conhecimento, o que se dá no nível do logos (FREIRE 2001, p. 80):

O estudante compreende um determinado dispositivo legal e sua aplicação processual, mas não compreende sua dimensão histórica e suas consequências práticas na organização de nossa sociedade que vão além do caso singular das partes processuais. Essa tomada de consciência, que se dá com a aproximação espontânea da realidade, captando dados e assimilando causalidades, não é ainda conscientização. Isso por que ela se refere a um desenvolvimento ingênuo e não crítico de tomada de consciência.

Percebe-se que Freire não nega o conhecimento do nível da doxa (conhecimento ingênuo ou do sendo comum), mas afirma que, para superá-lo, é necessário partir desse para chegar, através do nível do logos (razão), ao saber verdadeiro que se dá na práxis. Por sua própria característica ontológica, os homens são seres do fazer exatamente porque seu fazer é ação e reflexão, é teoria e prática.

A consciência crítica “é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais” (FREIRE, 2001, p. 30). O que decorre é característico da consciência crítica, por meio de investigação, problematização, reflexão e ação, é a apreensão da causalidade autêntica do que verdadeiramente ocorre no mundo, compreendendo profundamente suas relações, suas causas e suas consequências.

Para conhecermos a atuação pedagógica e como acontecem as ações dentro do CIAD/Natal, indagamos: quem são os professores? Quais suas ações? Como buscam intervir nessa realidade? Quais são suas principais angústias diante das ações e intervenções com o menor infrator expostos a tantas dificuldades?

Para assumir tal função, o profissional da educação que trabalha no sistema de atendimento socioeducativo, quanto mais dotado de clareza e de intencionalidade na sua atuação, mais poderá influenciar o desenvolvimento do potencial dos adolescentes, a ressignificação das trajetórias infratoras e a construção de uma cidadania juvenil. Para isso, é fundamental o desenvolvimento de uma postura investigativa para acompanhar o processo de ressocialização e de aprendizagem e nele intervir.



Da mesma forma, podemos pensar em relação às crianças e aos adolescentes, considerados sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, conforme consta do art. 3º. do ECA:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, p. 20).

Ademais, a Lei 12.594 (BRASIL, 2012), do SINASE, regido pelo artigo referente à socioeducação do Estatuto da Criança e do adolescente (Lei Federal 8.069/1990), pela Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013), priorizam atendimento básico (assistência social, saúde, educação, cultura etc.), com efetividade e eficácia na execução das ações socioeducativa de educação.

As ações socioeducativas desenvolvidas pelos pedagogos são trabalhadas de forma coletiva e desenvolvidas num processo de ação-reflexão-ação, das quais participam educadores e educandos. Os parâmetros norteadores da ação socioeducativa pedagógica da Internação Provisória do CIAD Natal, propicia ao adolescente o acesso a direitos e a oportunidades de superação, de ressignificação de valores, bem como acesso a formação de valores para a participação e o retorno ao processo de escolarização na vida social.

A educação e os pedagogos, com base em seus saberes e fazeres críticos e, por meio da parceria de outros profissionais envolvidos com questões pedagógicas têm um papel vital para a consolidação de um processo de transformação social. Os trabalhos pedagógicos e político-pedagógicos não estão restritos à sala de aula, eles perpassam por um contexto complexo e de formação geral. O fato de “pensarmos” constantemente nas nossas ações, nos leva a uma reflexão intencional sobre a realidade cotidiana dentro da Unidade CIAD Natal em meio a diversas situações que enfrentamos com os adolescentes.

Nessa lógica, a função desses profissionais no sistema socioeducativo é de uma relevância fundamental, partindo da ideia que eles atuam como campo de ação na forma preventiva e terapêutica. Para tanto, recorrem às estratégias pedagógicas e acreditam que a educação tem o poder de

despertar e transformar o homem e a mulher à consciência de sua própria dignidade, capacitando-os a assumir a responsabilidade e a fazer a sua parte para possibilitar uma vida de qualidade.

Ao pedagogo está relacionada a ação de promover os meios necessários para que, durante o período de cumprimento da medida socioeducativa, o(a) adolescente tenha garantido o acesso e a permanência no sistema escolar, bem como a promoção de atividades que possibilitem a profissionalização desse sujeito.

Nesse sentido, a fala dos pedagogos reforça o que afirma Costa (1996, p. 66), quando destaca que: “O trabalho do pedagogo social deve ser voltado para a formação e o desenvolvimento da pessoa e do cidadão. Sendo assim, o pedagogo é o profissional responsável por criar condições para que o adolescente se sinta responsável pelo seu passado, presente e futuro”.

Como área de conhecimento multidisciplinar, a pedagogia compreende as possíveis dificuldades no processo de interação, numa busca de desconstrução e reconstrução do sujeito por meio de intervenção pedagógica. Por sua vez, trabalha com intervenções dirigidas a colaborar e superar as dificuldades do indivíduo no contexto social, usando como instrumento educativo a pedagogia da proximidade.

Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (BRASIL, 2006), as medidas socioeducativas possuem, em sua concepção básica, uma natureza sancionatória, uma vez que responsabilizam judicialmente os adolescentes, estabelecendo restrições legais. No entanto, é de natureza sociopedagógica, tendo em vista que sua execução está condicionada à garantia de direitos e ao desenvolvimento de ações educativas que visem à formação da cidadania, que é o foco das medidas.

A prática pedagógica está ligada ao processo social. Desse modo, consiste em um fenômeno constante de modificações. A pedagogia investiga os fatores reais e concretos que ocorrem para a formação humana, no seu desenvolvimento histórico, para extrair objetivos sociopolíticos e formas de intervenção organizativas e metodológicas em torno dos processos que correspondem à ação educativa. “O professor que pensa certo, deixa transparecer nos educando que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de intervindo no mundo, conhecer o mundo” (FREIRE, 2001, p. 31).

Contudo, trabalhar em um local caracterizado pela repressão é um desafio, considerando que as ações desenvolvidas dentro da sala de aula

da internação provisória apontam as particularidades dos adolescentes, e assim os professores procuram colaborar com o enfrentamento de lidar com as dificuldades que eles demonstram nesse regime fechado. No lócus de pesquisa, durante o atendimento socioeducativo, os(as) adolescentes internos participaram da Jornada Pedagógica, que planeja todas as atividades executadas, desde o despertar até o recolhimento ao final do dia.

A Jornada Pedagógica estabelece os horários de cada atividade o que inclui: despertar, momento em que ocorre a higiene pessoal e a limpeza do alojamento; cinco refeições diárias que correspondem ao café da manhã, dois lanches intercalados com as principais refeições do dia, almoço e jantar com alimentação variada e de acordo com o cardápio diário; escolarização; atendimento técnico especializado individual e grupal; oficinas temáticas diversas; assistência religiosa; recebimento de visitas e contato telefônico com os familiares; assistência médica; iniciação profissional; atividades culturais, esportivas e de lazer; e apresentação em audiência.

Além disso, as ações socioeducativas no SINASE estão organizadas por eixos estratégicos e são baseados nos parâmetros que são comuns/específicos a todas as entidades e/ou programas que executam as medidas socioeducativas preconizadas no ECA, quais sejam: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; educação; cultura, esporte e lazer; saúde; abordagem familiar e comunitária.

As atividades sociopedagógicas, são executadas em espaços comuns, tais como: escolarização e vivência, que são planejadas de acordo com a Jornada Pedagógica, em horários alternados por fase de atendimento e respeitando o cronograma de atividades semanal. A intervenção pedagógica no âmbito educacional de sala de aula pretende despertar o desejo de fazer com que os menores infratores reflitam sobre o ato infracional que cometeu, e percebam a complexidade da natureza dos problemas, os quais possuem múltiplos fatores envolvidos, a saber: a influência dos amigos, o uso de drogas, a pobreza e extrema pobreza, e a desigualdade social, chegando à vulnerabilidade social. Acrescenta-se de forma agravante a problemática do desemprego e a informalidade, pressupostos de baixos níveis de renda, e que, no contexto de uma sociedade marcadamente competitiva e individualista, contribuem para romper os vínculos sociais.

A inclusão social que deve ser sempre a finalidade maior na implementação das medidas para os adolescentes infratores e para essa inclusão social é essencial o envolvimento familiar e comunitário no processo de inclusão do adolescente,

realizando atividades externas e não perdendo a vida social na comunidade, assim como o acesso a formação e informação (VOLPI, 2008, p. 26).

Os professores, por sua vez, partem do entendimento de que exclusão social não é uma solução para a violência e a criminalidade e, sim, a viabilização de ações humanas que se comprometam com a reabilitação do cidadão que se encontra excluído da sociedade, sem nenhum dos direitos respeitados e privados da liberdade. Desse modo, sem uma intervenção, eles não serão capazes de transformar essa realidade.

A educação cumpre uma função libertadora, pois garante a esses(as) adolescentes novas perspectivas de vida e uma nova visão de mundo. Para Paulo Freire, a educação é “transformadora é capaz de libertar os oprimidos pelo sistema, e vemos nitidamente a função transformadora da educação quando muda a expectativa daqueles que estavam à margem de uma educação para domesticação” (FREIRE, 2006, p. 98). Se pensarmos educação como definida na teoria da ação cultural “como situação gnosiológica em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes.

Em Freire (2001, p. 46), podemos afirmar que o ato não termina ali na descoberta da necessidade, ele tem início entre os sujeitos conhecedores. Ninguém desvela o mundo ao outro e, ainda quando um sujeito inicia o esforço de desvelamento aos outros, “[...] é preciso que estes se tornem sujeitos do ato de desvelar” (FREIRE, 2006, p. 194).

A educação, para Freire, é práxis social, isto é, modificação do modo de perceber a realidade e também ação sobre as estruturas sociais. É nesse sentido que é política. Dessa forma, compreendida como uma ação educativa não pode ser apenas informativa. Para que haja mudança, é necessário diálogo entre as partes, é necessário que haja práxis.

Colaborando com Freire, o pensar sempre deve ser coparticipativo em torno de uma mesma realidade. Considerando que o pensar autêntico só encontra seu termo na práxis, ou seja, na transformação da realidade a partir da ação refletida. Da mesma forma, a educação sempre deve ser dialógica na busca de ser mais, sendo com os outros. Assim, para Freire, educação é um processo dialógico de produção de conhecimentos. Educar não significa transmitir e, muito menos, depositar conhecimentos acabados e absolutos nos educandos, mas produzir e recriar dialogicamente conhecimentos possíveis e inacabados; é a criação conjunta, no enfrentamento das “situações

limites”, do “inédito-viável”. Uma educação só é libertadora quando consegue radicalizar o processo dialógico entre os implicados.

Quanto aos adolescentes, considerando-se os parâmetros de idade dos 12 aos 18 anos, eles estão sujeitos ao Sistema de Justiça, subordinados à aplicação de medidas socioeducativas, que representam um sancionamento estatal, limitador da liberdade do indivíduo infrator. Segundo Volpi (2008), o adolescente que pratica o ato infracional não o incorpora a sua identidade, pois este pode ser visto como uma ocorrência ocasional, sempre havendo a possibilidade de que o tal ato não venha a se repetir.

A análise dos dados foi a partir das respostas dos questionários aplicados com os pedagogos da CIAD Natal/RN. Dessa forma, destacamos que a metodologia dessa investigação procurou responder às perguntas norteadoras a partir das reflexões sobre o trabalho que é executado dentro da unidade por esses profissionais.

Em relação ao que foi investigado, as perguntas foram: o que é adolescência e o que leva o adolescente a cometer o ato infracional?; como é o olhar dos outros especialistas dentro da instituição sobre esse profissional da educação?; como o pedagogo pode trabalhar com um adolescente que cometeu um ato infracional?; existe orientação para o trabalho do pedagogo dentro da unidade de internação provisória?; existem recursos satisfatórios para desenvolver o trabalho com os adolescentes?

Como forma de favorecer o entendimento dos relatos e suas discussões, utilizaremos a letra “P”, para expressar o termo “pedagogo” e as numerações, para sabermos qual professor falou, como forma de dialogar e discutir sua fala com os autores estudados na pesquisa. Em seguida, expomos os relatos dos pedagogos entrevistados e, concomitantemente, apresentaremos as discussões sobre essas respostas.

Na primeira questão, o que é adolescência e o que leva o adolescente a cometer o ato infracional, o informante P01 relatou:

A gente sabe que a fase da adolescência é a transição entre a dependência infantil e a autonomia adulta, caracterizada por transições afetivas relacionais, sociocognitivas, sexuais, identitárias e normativas, de lutos e desilusões, de prazer, as quais não ocorrem sem angústia ou conflitos. Portanto, deve ser considerada como uma transformação social, mais do que biológica, de modo que, ao se tratar de dificuldades associadas aos adolescentes, passe a ser a única forma de pensamento capaz de conceituar os problemas e melhorar as possibilidades de um tratamento efetivo.



Constata-se que a presença pedagógica deve superar a ressocialização do adolescente e garantir integralmente o desenvolvimento de suas possibilidades. Essa garantia de conhecimento e desenvolvimento acontece por meio de ações e experiências executadas na sala de aula pelos pedagogos, viabilizando a amostra e a garantia do direito à educação e à profissionalização, pois é a partir dela que o socioeducando tem a oportunidade de acessar outros conhecimentos e almejar novos caminhos, distanciando-se da prática infracional. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Na segunda questão, como é o olhar dos outros especialistas dentro da instituição sobre este profissional da educação, o profissional P02 informou que:

Acho que identidade do profissional não se constitui como algo pronto e acabado; muito ao contrário, configura-se como um fenômeno em constante construção e transformação e, dessa forma, as ações de formação continuada ela é fundamental para nossa identidade profissional no sistema socioeducativo.

É percebido, na fala dos professores, que a educação é considerada como um dos meios de promover a integração social e a aquisição de conhecimentos que visa permitir aos reclusos um futuro melhor quando recuperar a liberdade. A educação é compreendida como o único processo capaz de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades.

A terceira questão, como devem ser as intervenções do pedagogo após constatar tal ato de violência, P03 relata:

Ser pedagogo é ser responsável pelo processo educativo, é saber lidar com o diferente, sem preconceitos. É um dos desafios nos colocarmos na posição profissional e entender as diversas situações que se encontra o adolescente. É muito difícil muitas das vezes eles chegam em estados psicológicos, emocional e até físicos muito transformados. E esse adolescente trabalhar os limites, os valores e as suas consequências, torna-se cada vez mais difícil, porém necessário instalar uma cultura de paz tanto em sala de aula quanto na vida do adolescente é um dos desafios!

Cabe enfatizar que o pedagogo defronta-se diariamente com uma série de situações conflitantes e imprevisíveis na sua prática educacional que demanda sua atenção. Nessa direção, depara-se com o desafio de provocar a realização de um trabalho educativo mais crítico com os educandos e professores, revelando os interesses que estão ocultos em alguns dos programas e projetos do fazer pedagógico.

Vale salientar que a escuta legítima é muito mais do que apenas calar enquanto o outro fala, significa estar disposto e aberto ao outro, ou seja, realizar uma análise crítica das minhas e de outras ideias. Essa escuta autêntica, segundo Freire (2006), é um difícil aprendizado, por isso, requer algumas qualidades, entre as quais a de escutar e de respeitar as diferenças. Isso se refletia claramente na compreensão da professora da educação na perspectiva humanizadora.

A atuação do pedagogo é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula (LIBÂNEO, 2004, p. 127).

Na penúltima pergunta, existe orientação para fortalecer a prática do trabalho do pedagogo dentro da unidade de internação provisória, P04 relata:

Sabemos das dificuldades, mas procuramos atuar com olhar epistêmico, enquanto pedagogos, colocando para o adolescente em convivência cotidiana: estímulo e motivação, mediando e monitorando as ações socioeducativas junto com os agentes educacionais, assistentes sociais e psicólogos interagindo de forma multidisciplinar promovendo o desenvolvimento de potencialidades, aquisições cognitivas, educativas, socioculturais

O que se percebe na fala da professora é que a experiência e a prática de atuar rotineiramente no sistema socioeducativo é o que fortalece o desenvolvimento das ações mais efetivas e éticas. Segundo Paulo Freire (1996, p. 12) “não há docência sem discência. [...]. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Nesse caso, existe outro meio melhor de aprender e de se tornar um educador pleno além de no ato de ensinar, a

partir de trocas de experiências e saberes, nas relações estabelecidas com o outro.

Na última questão, indagamos se existiam recursos satisfatórios para desenvolver o trabalho com os adolescentes. A esse respeito, P04 expõe:

Como já foi falando anteriormente as ações socioeducativas do SINASE considera de direito para o adolescente, além do espaço, acolhimento e educação. Mas não é isso que se vê dentro da unidade. Outros aspectos também foram considerados irregulares nas inspeções como insuficiência de materiais permanentes, de consumo e pedagógicos.

Fazendo análise da prática cotidiana e das experiências do pedagogo, este relata que as ações de formações do Sistema Socioeducativo visam à valorização de espaços formativos crítico-reflexivos, de modo que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma dialógica, a partir da abordagem histórico-social do sujeito. Diante disso, o seu direito de ser assistido é garantido. Apesar disso, o profissional sente deficiência dentro do sistema, dificuldade de trabalho devido à forma como tem sido gestada a assistência básica das políticas governamentais.

Assim, reforçamos a importância e a relevância das ações e das atividades realizadas pelos pedagogos no contexto do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIAD Natal), como forma de minimizar as problemáticas e as lacunas no que se refere ao atendimento educacional e social desses adolescentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados gerados possibilitaram compreender qual a forma de atuação do pedagogo na internação provisória, e o quanto a ausência de bases familiares sólidas pode ser considerada fator de risco para os adolescentes que cometeram ato infracional. As análises realizadas apontaram aspectos de superação no que se considera o ideal de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Foi possível observar que, para os adolescentes em conflitos com a lei, a educação é o principal caminho para que haja a ressocialização dele, visto que essas ações mediadas pelos pedagogos são uma forma de levá-los a refletir que a escola é a oportunidade de crescimento pessoal e profissional, sendo um viés para a diminuição dos casos de reincidência.

Durante todo o processo da pesquisa, foi identificado o interesse do pedagogo em elaborar projetos e propostas socioeducativas que trabalhem com o adolescente, dentro de uma atmosfera na qual ele é o objeto central. Nesse processo, o pedagogo atua como intermediário para a ressocialização desse jovem que será reinserido no meio social. Assim, considera-se essencial e fundamental que esse profissional de educação desenvolva suas atividades com qualidade e eficácia a fim de atingir o público adolescente em conflito com a lei, levando em consideração que esse é um fator que se constrói no próprio âmbito social, o que leva a crer na importância do trabalho pedagógico no processo de ressocialização, considerando que é com base na educação que se constroem oportunidades de mudança e reintegração social. Vale salientar, por fim, que é também por meio da educação que podemos ensinar nossos adolescentes a escreverem sua história de vida e aqueles que se perderam pelo caminho, a reescrevê-la.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: CONANDA, Reformulada, 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Normativas Internacionais. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: 2002.

BRASIL. **Lei 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm)>. Acesso em: 1 out. 2019.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **A Implementação das Medidas Sócio-Educativas:** documento preliminar para debate e aprofundamento. Belo Horizonte: UNICEF, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LIBÂNIO, José Carlos. **Orientação educacional e emancipação das camadas populares:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos culturais. *Prospectiva*, Porto Alegre, v. 2, n. 13, p. 19-27, out. 2004.

VOLPI, Mario (Org.). **O Adolescente e o ato infracional.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.